



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Este Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

Desta forma, o presente ETP analisará as opções e soluções tecnológicas, bem como apresentar os elementos essenciais que servirão de base para compor o Termo de Referência.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

(art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

Conforme a alta demanda de várias atribuições e obrigações, visto a necessidade da modernização na Gestão Pública e cumprimento dos prazos legais e obrigações é de extrema necessidade a automatização dos processos que requerem maior eficiência e agilidade nas operações.

Com isso, visa-se a melhoria na qualidade do serviço, redução de riscos e erros, minimizando falha humana e promovendo uma gestão mais assertiva, além da agilidade para automação de tarefas financeiras, reduzindo tempo gasto em processos.

2. NECESSIDADES DE NEGÓCIO

O Presente objeto deste Estudo orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

A gestão pública contemporânea exige cada vez mais eficiência, transparência e controle na administração dos recursos públicos. Nesse contexto, a adoção de um sistema de software voltado para a contabilidade e o setor financeiro torna-se uma necessidade estratégica para os órgãos governamentais. Mais do que uma ferramenta tecnológica, esse tipo de sistema representa um instrumento essencial de governança, capaz de promover a integração das informações, otimizar processos e assegurar a conformidade com as normas legais e fiscais. A automatização dos processos contábeis e financeiros permite uma significativa redução de erros humanos e retrabalhos. As rotinas manuais, quando realizadas em planilhas ou documentos físicos, são suscetíveis a inconsistências e perdas de informação. Um software especializado, por outro lado, garante o registro sistemático e padronizado das operações, oferecendo maior confiabilidade aos dados e facilitando a consolidação das informações orçamentárias, patrimoniais e fiscais.

A adoção de soluções tecnológicas voltadas à contabilidade e finanças públicas



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

promove agilidade e economicidade. Processos automatizados reduzem o tempo gasto com tarefas operacionais e liberam os servidores para atividades de análise e planejamento. Além disso, sistemas modernos costumam incluir mecanismos de auditoria eletrônica e alertas de inconsistência, o que auxilia no combate a irregularidades e melhora o controle interno.

Dessa forma, é possível concluir que a implementação de um sistema de software para contabilidade e setor financeiro na gestão pública não é apenas uma modernização administrativa, mas uma condição indispensável para garantir eficiência, transparência e responsabilidade na aplicação dos recursos públicos. Trata-se de um investimento que fortalece a governança, melhora o serviço prestado à sociedade e contribui para a construção de uma administração pública mais ética e eficiente.

3. NECESSIDADES TECNOLÓGICA

O Software a ser implantado deverá observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

Disponibilização de licenças de uso do sistema, com acesso a emissão, arquivo e leitura automatizada de extrato bancário lançamento (contabilização) automatizado dos resgates e aplicações financeiras, lançamento (contabilização) automatizado dos rendimentos de aplicações financeiras, lançamento (contabilização) automatizada das receitas de transferências legais e constitucionais, automatização de conciliações bancárias.

Deverá compor a contratação do software a Instalação e configuração do software de automação vinculado à disponibilidade de equipamentos e requisitos mínimos necessários que devem ser fornecidos pela licitante contratada.

Treinamento para utilização do software.

Manutenção corretiva e preventiva do sistema.

Atualizações e upgrades do sistema.

Integração com os sistemas necessários para a execução das automações.

O treinamento deverá ocorrer no endereço da Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos-PR, sem qualquer custo logístico para o Município.

4. LEVANTAMENTO DE SOLUÇÕES

A análise das alternativas para solucionar as necessidades identificadas consiste na avaliação das opções tecnológicas e operacionais disponíveis no mercado. Para atender a demanda e resolver o problema apresentado, foram analisadas as seguintes alternativas:

Descrição da solução 1 – AQUISIÇÃO DE SOFTWARE



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

Nesta alternativa, O SOFTWARE seria adquirido de forma definitiva pela Administração Municipal.

Vantagens e Desvantagens da Solução.

VANTAGENS: Software vitalício para as demandas existentes e pagamento em uma só vez.

DESVANTAGENS: Vícios não serão sanados, atualizações não serão feitas e a tecnologia poderá ser substituída futuramente.

Descrição da solução 2 – CESSÃO DE USO DE SOFTWARE

O SOFTWARE pode ser implantado por meio de cessão de uso.

Vantagens e Desvantagens da Solução

VANTAGENS: menor custo inicial de implantação, atualização contínua do sistema, maior flexibilidade, transferência de responsabilidades técnicas ao fornecedor, acesso a tecnologias modernas, segurança jurídica e orçamentária.

DESVANTAGENS: dependência do fornecedor, burocracia contratual.

Valor Estimado

Descrição da solução 3 – IMPLANTAÇÃO DO SOFTWARE PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Nesta alternativa, o software seria confeccionado e implantado pelo Departamento de Tecnologia e Informação Municipal.

Vantagens e Desvantagens da Solução

VANTAGENS: Tecnologia poderia ser mudada de acordo com a exigência do departamento responsável, tornando mais acessível e mais amplo na busca para solucionar possíveis problemas.

DESVANTAGENS: Corpo técnico inexistente para a elaboração desse software.

5. ANÁLISE COMPARATIVA DAS SOLUÇÕES

A partir do levantamento das soluções possíveis, foi realizada uma análise comparativa entre as alternativas consideradas viáveis, com o objetivo de identificar a opção que melhor atenda às necessidades do Departamento de Contabilidade e foi notório que a melhor opção é o item 2, pelas diversas oportunidades, viabilidade e custos para a Administração.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Abaixo, **tabela comparativa técnica e justificativa**, demonstrando, de forma clara e objetiva, que a **Solução nº 2 (Cessão de Uso de Software)** é a mais eficiente,



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

considerando critérios de viabilidade técnica, econômica e operacional para a gestão pública.

Tabela Comparativa de Soluções para Implantação de Sistema de Software Contábil e Financeiro na Gestão Pública

Critério de Análise	Solução 1 – Aquisição de Software	Solução 2 – Cessão de Uso de Software	Solução 3 – Implantação Própria pela Administração Municipal
Custo Inicial de Implantação	Alto (pagamento integral na aquisição)	Baixo (pagamento parcelado/licença periódica)	Alto (desenvolvimento interno demanda tempo e recursos)
Custo de Manutenção e Atualização	Elevado (atualizações não incluídas)	Incluso no contrato, sem custo adicional	Alto (equipe técnica permanente necessária)
Atualização Tecnológica e Legal	Limitada, depende de nova compra	Contínua e automática, garantida pelo fornecedor	Dependente da capacidade técnica municipal
Flexibilidade e Escalabilidade	Baixa – software fixo e desatualizável	Alta – ajustes contratuais e evolução tecnológica	Média – depende de recursos humanos e financeiros
Dependência Técnica	Média – manutenção eventual terceirizada	Baixa para o órgão, pois é transferida ao fornecedor	Alta – exige equipe especializada interna
Tempo de Implantação	Médio	Rápido – sistema já pronto para uso	Longo – depende de desenvolvimento completo
Risco Operacional	Médio (sem suporte contínuo)	Baixo – suporte técnico constante	Alto – falta de equipe técnica qualificada
Conformidade com Normas Públicas	Pode exigir adaptações	Garantida em contrato e atualizada pelo fornecedor	Depende do conhecimento técnico da equipe local



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

Critério de Análise	Solução 1 – Aquisição de Software	Solução 2 – Cessão de Uso de Software	Solução 3 – Implantação Própria pela Administração Municipal
Segurança da Informação e Backup	Limitada, depende de gestão local	Alta – infraestrutura gerenciada pelo fornecedor	Média – depende de estrutura municipal
Autonomia e Personalização	Alta, mas onerosa	Média – customizações sob demanda	Alta – mas exige corpo técnico inexistente
Viabilidade Técnica e Operacional	Média	Alta	Baixa (inviável sem equipe especializada)
Sustentabilidade a Longo Prazo	Baixa (obsolescência tecnológica)	Alta (atualizações contínuas e suporte técnico)	Baixa (manutenção difícil e dispendiosa)

A Solução nº 2 – Cessão de Uso de Software apresenta o melhor equilíbrio entre custo, eficiência e sustentabilidade, atendendo plenamente às necessidades da gestão pública moderna.

Ela garante atualização contínua, conformidade legal, baixo custo inicial, suporte técnico especializado e menor risco operacional, tornando-se a opção mais eficiente e segura para o órgão público.

As demais alternativas (aquisição definitiva e desenvolvimento interno) mostram-se menos vantajosas, seja pelos altos custos de manutenção e obsolescência (Solução 1), seja pela inviabilidade técnica e falta de corpo especializado (Solução 3).

6. REGISTRO DE SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS

Solução 1 – Aquisição de Software (Compra Definitiva)

A aquisição definitiva de software, embora ofereça a vantagem de pagamento único e propriedade do sistema, não se mostra viável para a administração pública nas condições atuais, pelos seguintes motivos:

- **Obsolescência tecnológica:** o sistema adquirido tende a se tornar ultrapassado em poucos anos, pois as exigências legais e contábeis do setor público passam por atualizações constantes. Como o contrato de compra não prevê suporte ou atualização contínua, o software rapidamente perde aderência às normas vigentes.



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

- **Ausência de manutenção e suporte técnico:** após a aquisição, a responsabilidade pela manutenção recai sobre o órgão público, o que gera dependência de contratos adicionais de suporte ou da contratação de especialistas. Isso aumenta o custo operacional e dificulta a resolução de falhas ou ajustes urgentes.
- **Custo elevado de substituição:** qualquer necessidade de atualização tecnológica, migração de plataforma ou implementação de novos módulos exige novo processo licitatório e investimento adicional, tornando o modelo financeiramente ineficiente a longo prazo.
- **Baixa flexibilidade:** o software adquirido tende a ser rígido e pouco adaptável às mudanças na estrutura administrativa, o que prejudica a modernização dos processos internos e a integração com outros sistemas públicos.
- **Risco de descontinuidade:** em caso de falhas graves, incompatibilidades ou encerramento da empresa fornecedora, o órgão público ficaria sem suporte, o que compromete a continuidade dos serviços contábeis e financeiros.

Solução 3 – Implantação do Software pela Administração Municipal (Desenvolvimento Próprio)

O desenvolvimento interno de um sistema pelo próprio órgão público, embora ofereça autonomia e liberdade de personalização, não é viável na prática devido aos seguintes fatores:

- **Inexistência de corpo técnico especializado:** a maior parte dos municípios não dispõe de equipe de desenvolvedores e analistas com conhecimento em contabilidade pública, segurança da informação e legislação fiscal. Isso torna o projeto inviável tecnicamente e arriscado quanto à qualidade do produto final.
- **Alto custo de desenvolvimento e manutenção:** o processo de criação, testes, homologação, documentação e implantação de um sistema contábil é oneroso e demorado, exigindo investimentos contínuos em pessoal, infraestrutura e capacitação.
- **Prazo elevado para implantação:** sistemas dessa natureza requerem longo tempo de desenvolvimento e ajustes, o que atrasaria a modernização e o controle financeiro do município, além de comprometer prazos de obrigações legais.
- **Falta de conformidade com normas específicas:** garantir que um software próprio siga rigorosamente padrões como exigências do Tribunal de Contas demanda conhecimento técnico especializado e constante atualização, o que é difícil manter internamente.
- **Risco de dependência de servidores específicos:** a manutenção do sistema poderia ficar concentrada em poucos funcionários, o que representa risco de descontinuidade em caso de afastamentos ou substituições.



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

7. ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS (TCO)

A análise comparativa de custos entre as três alternativas apresentadas — aquisição definitiva do software, cessão de uso e desenvolvimento próprio — demonstra, de forma técnica e econômica, que a Solução 2 (Cessão de Uso de Software) é a opção mais vantajosa e sustentável para a administração pública. Essa conclusão decorre não apenas do custo financeiro direto, mas também da análise do custo-benefício, da previsibilidade orçamentária e da eficiência operacional obtida a longo prazo.

Em primeiro lugar, a Solução 1 – Aquisição de Software apresenta alto custo inicial, pois exige o pagamento integral do valor de compra logo na contratação. Além disso, não inclui atualizações, suporte técnico ou adequações futuras às novas exigências legais e contábeis. Isso significa que, embora o investimento pareça único, o órgão público terá de arcar com novos custos sempre que precisar atualizar o sistema, contratar serviços de manutenção ou substituir o software por obsolescência tecnológica. Na prática, o modelo de compra definitiva gera despesas adicionais ao longo dos anos, além de onerar o orçamento público de forma concentrada em um único exercício financeiro, o que fere o princípio da economicidade.

Já a Solução 3 – Desenvolvimento Próprio pela Administração Municipal aparenta, à primeira vista, ser uma alternativa de custo reduzido, pois aproveitaria a estrutura pública existente. Entretanto, uma análise detalhada revela que o custo total de desenvolvimento, implantação e manutenção é extremamente elevado. Seria necessário contratar ou capacitar equipe técnica especializada em programação, contabilidade pública, segurança da informação e legislação fiscal, além de investir em infraestrutura de servidores, licenças de banco de dados e manutenção contínua. O tempo de desenvolvimento e homologação também gera custos indiretos, como o atraso na modernização dos processos e a necessidade de sistemas temporários de controle. Portanto, essa opção apresenta alto custo de oportunidade e baixo retorno financeiro, tornando-se economicamente inviável.

Por outro lado, a Solução 2 – Cessão de Uso de Software se mostra a mais equilibrada e vantajosa sob o ponto de vista financeiro. Nessa modalidade, o órgão público não realiza um investimento inicial elevado, mas paga valores periódicos (mensais ou anuais) pelo direito de uso e pela prestação de serviços associados — como suporte técnico, hospedagem, atualizações legais e segurança de dados. Esse modelo possibilita distribuir os custos ao longo do tempo, proporcionando previsibilidade orçamentária e facilitando o planejamento financeiro.

Além disso, o contrato de cessão de uso geralmente inclui atualizações automáticas sem custo adicional, evitando despesas futuras com novas aquisições. O custo total de propriedade torna-se, portanto, menor ao longo dos anos, pois o software permanece atualizado, em conformidade com as normas vigentes e com suporte técnico permanente. Outro ponto relevante é que o custo da cessão de uso engloba serviços essenciais que, nas outras alternativas, precisariam ser contratados separadamente, como backup, segurança da informação e atendimento especializado.

Ao considerar o ciclo de vida do sistema — implantação, operação, atualização e suporte —, verifica-se que a Solução 2 representa o melhor custo-benefício, pois combina



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

baixo custo inicial, manutenção contínua e ausência de despesas imprevistas. Enquanto a aquisição definitiva (Solução 1) concentra um gasto elevado e gera obsolescência, e o desenvolvimento próprio (Solução 3) demanda investimentos e mão de obra especializada, a cessão de uso proporciona sustentabilidade financeira, eficiência operacional e segurança jurídica.

Em síntese, a análise comparativa demonstra que a Solução 2 – Cessão de Uso de Software é a mais vantajosa economicamente, pois oferece um equilíbrio ideal entre custo, desempenho e previsibilidade orçamentária. Ela garante à administração pública o acesso contínuo à tecnologia mais atualizada, sem comprometer o orçamento municipal com grandes desembolsos iniciais ou despesas extraordinárias, assegurando, assim, a melhor relação custo-benefício e o cumprimento dos princípios da eficiência e economicidade da gestão pública.

8. DEMAIS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO DE TIC

A escolha da Solução 2 – Cessão de Uso de Software fundamenta-se em requisitos técnicos, legais e operacionais que asseguram sua adequação às necessidades da gestão pública. Essa modalidade atende integralmente às exigências da Lei nº 14.133/2021, garantindo conformidade jurídica, transparência e continuidade dos serviços. Além disso, oferece segurança da informação, atualizações automáticas conforme mudanças legais, suporte técnico contínuo e treinamento aos servidores, elementos indispensáveis para o bom funcionamento do sistema contábil e financeiro municipal.

Sob o ponto de vista financeiro e estratégico, a cessão de uso apresenta previsibilidade orçamentária, baixo custo inicial e sustentabilidade a longo prazo, evitando gastos imprevistos e concentrados. O modelo ainda permite escalabilidade e integração com outros sistemas, promovendo maior eficiência administrativa e tecnológica. Dessa forma, a Solução 2 mostra-se necessária e suficiente para garantir eficiência, segurança e economicidade na implantação do sistema de software contábil e financeiro na gestão pública.

INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

() SIM

(X) NÃO

9. JUSTIFICATIVAS

(Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021) A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

A exigência de qualificação técnica e econômico-financeira em licitações serve para garantir que os licitantes tenham a capacidade de cumprir o contrato com sucesso, protegendo os interesses da administração pública e assegurando a qualidade do serviço ou produto contratado.

Qualificação Técnica:

Demonstrar que os licitantes possuem a experiência e a competência necessárias para executar o objeto da licitação, garantindo um resultado de qualidade, reduzindo riscos durante a execução do contrato, como atrasos e não conformidades.

A garantia de que o licitante tem a capacidade de executar o contrato com eficiência e eficácia, otimizando os recursos públicos.

Qualificação Econômico-Financeira:

Garantir que os licitantes tenham uma situação financeira estável e saudável, capaz de suportar os custos e responsabilidades do contrato, demonstrando que a empresa tem capacidade de cumprir suas obrigações financeiras, como pagamento de fornecedores, salários e impostos, evitando inadimplência.

Evitando riscos de falência ou dificuldades financeiras, que possam comprometer a execução do contrato e o interesse da administração pública.

10. ESTIMATIVA DA DEMANDA – QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS

Estima-se que o valor anual para a contratação será de R\$ 8.000,00 mensal totalizando R\$ 96.000,00 anual, com possibilidade de prorrogação conforme art. 114 da lei 14.33/2021.

11. ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO

ITEM	Qtde	VALOR TOTAL (R\$)



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

Serviços de instalação, configuração, treinamento, manutenção, atualização, integração e licenciamento de Software de Automação Financeira. Fornecimento de licenças de uso de ferramenta de tecnologia da informação, que possibilite aos usuários o acesso a automação financeira. As licenças de uso do sistema devem oferecer um acesso a emissão, arquivo e leitura automatizada de extrato bancário, lançamento(contabilização) automatizado dos resgates e aplicações financeiras, lançamento (contabilização) automatizado dos rendimentos de aplicações financeiras, lançamento (contabilização) automatizada das receitas de transferências legais e constitucionais, automatização de conciliações bancárias. Deverá compor a contratação do software a Instalação e configuração do software de automação vinculado à disponibilidade de equipamentos e requisitos mínimos necessários que devem ser fornecidos pela licitante contratada; Treinamento para utilização do software; Manutenção corretiva e preventiva do sistema; Atualizações e upgrades do sistema; Integração com os sistemas necessários para a execução das automações. ORÇAMENTÁRIO (PPA, LDO, LOA).	Mês	96.000,00
--	-----	-----------

12. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC A SER CONTRATADA

A solução a ser contratada consiste na cessão de uso de um sistema informatizado de gestão contábil e financeira, desenvolvido especificamente para atender às demandas da administração pública municipal. O objetivo é modernizar, integrar e otimizar os processos de controle orçamentário, financeiro, patrimonial e contábil, assegurando maior eficiência administrativa, transparência e conformidade com as normas legais vigentes.

O software será disponibilizado em regime de cessão de uso, permitindo que a Prefeitura utilize o sistema mediante pagamento periódico, sem necessidade de aquisição definitiva. Esse modelo inclui implantação, parametrização, migração de dados, treinamento dos usuários, suporte técnico contínuo, manutenção corretiva e evolutiva, além de atualizações automáticas conforme alterações legais e normativas impostas pelos órgãos de controle.

Com essa contratação, a Administração Municipal busca reduzir custos operacionais, aumentar a confiabilidade das informações financeiras, automatizar processos internos e



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

assegurar a continuidade do serviço público. A cessão de uso, portanto, representa a forma mais eficiente, moderna e sustentável de implantar um sistema de gestão contábil e financeira, com menor custo inicial, maior previsibilidade orçamentária e garantia de suporte e atualização tecnológica contínua.

13. JUSTIFICATIVA TÉCNICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

A escolha da Solução 2 – Cessão de Uso de Software fundamenta-se em critérios técnicos que demonstram sua superioridade em relação às demais alternativas avaliadas (aquisição definitiva e desenvolvimento próprio pela Administração). Essa modalidade assegura maior eficiência operacional, atualização tecnológica contínua, suporte técnico especializado e aderência às normas legais aplicáveis à contabilidade e finanças públicas.

Do ponto de vista técnico, a cessão de uso permite à Administração Pública utilizar um sistema já consolidado no mercado, amplamente testado e comprovadamente funcional, reduzindo significativamente o risco de falhas, atrasos ou incompatibilidades. O modelo inclui implantação assistida, migração de dados, parametrização conforme a estrutura organizacional do município e treinamento de usuários, garantindo que o sistema seja adaptado às necessidades específicas da gestão pública municipal.

A solução apresenta flexibilidade e escalabilidade, permitindo a inclusão de novos módulos ou usuários conforme a evolução das demandas administrativas, sem comprometer a estrutura existente. Dessa forma, a cessão de uso de software se mostra tecnicamente adequada, moderna, segura e sustentável, garantindo à Administração Pública eficiência, conformidade e continuidade na gestão contábil e financeira municipal.

14. DO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO DECORRENTE DE ASPECTOS TÉCNICOS

O parcelamento da contratação não se mostra vantajoso neste caso, pois o objeto, cessão de uso de software contábil e financeiro integrado, é tecnicamente indivisível. O sistema depende da integração total entre seus módulos, o que inviabiliza a divisão do contrato sem comprometer a funcionalidade, segurança e interoperabilidade do serviço.

Além disso, o parcelamento poderia gerar incompatibilidade técnica entre diferentes fornecedores, aumento de custos administrativos e dificuldades na gestão contratual. Assim, por se tratar de um objeto único e interdependente, a contratação deve ocorrer de forma global, garantindo a eficiência, continuidade e economicidade do serviço público, em conformidade com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

Quanto ao Simples Nacional, Pessoa jurídica reunida em consórcio e cooperativas:

A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional?

Sim (X) (justificar)

O Objeto deste Estudo Técnico se enquadra no regime do SIMPLES Nacional (art. 17,



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

§1º, da Lei Complementar 123/2006), facilitando a participação das pequenas empresas.

Não () (justificar)

Poderá participar Pessoas Jurídicas em consórcio?

Sim (x)

Não () (justificar)

Poderá participar Sociedades Cooperativas?

Sim (x)

Não () (justificar)

15. JUSTIFICATIVA ECONÔMICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

A Solução 2, Cessão de Uso de Software, foi escolhida por apresentar o melhor custo-benefício para a Administração Pública. Esse modelo elimina o alto investimento inicial da aquisição definitiva e evita os elevados custos de desenvolvimento interno, permitindo o pagamento periódico e previsível, o que favorece o planejamento orçamentário e a sustentabilidade financeira.

Além disso, a cessão de uso inclui atualizações automáticas, suporte técnico contínuo e manutenção sem custos adicionais, reduzindo despesas futuras e garantindo que o sistema permaneça atualizado e eficiente. Assim, trata-se da alternativa mais econômica, segura e duradoura, atendendo aos princípios da economicidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

16. ANÁLISE DOS RISCOS

(art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021) a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

Consta em documento anexo.

17. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

A contratação da Solução 2 – Cessão de Uso de Software Contábil e Financeiro proporcionará à Administração Pública a modernização e automação dos processos, garantindo maior eficiência administrativa, redução de erros e conformidade contínua com normas contábeis e fiscais. Além disso, oferece segurança das informações, com backups automáticos, controle de acesso e suporte técnico contínuo, bem como flexibilidade e escalabilidade para atender às necessidades futuras do município. Do ponto de vista econômico, assegura previsibilidade orçamentária e redução de custos, pois inclui manutenção e atualizações automáticas, garantindo sustentabilidade financeira, transparência e continuidade dos serviços públicos.



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

18. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

(art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal(is) e suplente(s) designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Não há necessidade de providências específicas. O gestor e fiscal designados para o contrato são conhecedores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Dione Luiz da Silva
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Alyny Cristina Bekoski de Godois
Fiscal Técnico:	
Suplentes:	Dilson Bachi

19. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL

(art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

A contratação da Solução 2 – Cessão de Uso de Software Contábil e Financeiro apresenta impactos ambientais relativamente baixos, por se tratar de uma solução majoritariamente digital e baseada em ambiente web e nuvem, reduzindo a necessidade de impressão de documentos, transporte de materiais físicos e uso de papel, contribuindo para a diminuição do consumo de recursos naturais. No entanto, é importante considerar aspectos relacionados à energia elétrica e à infraestrutura de TI, incluindo servidores e data centers que suportam o sistema, os quais demandam consumo de eletricidade e podem gerar emissão indireta de gases de efeito estufa.

Para mitigar esses impactos, a contratação deve priorizar fornecedores que adotem tecnologia de baixo consumo de energia, como servidores com eficiência energética certificada, otimização de processos de processamento de dados e políticas de economia de recursos. Além disso, é recomendável incluir cláusulas de logística reversa e



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

destinação adequada de equipamentos e periféricos, garantindo que computadores, nobreaks, cabos e outros insumos eletrônicos sejam reciclados ou descartados de forma ambientalmente responsável ao final de seu ciclo de vida.

Adotar essas medidas reforça o compromisso da Administração Pública com a contratação sustentável, alinhando a gestão de tecnologia à redução de impactos ambientais, à eficiência no uso de recursos naturais e à responsabilidade social e ambiental. A solução, por ser digital e integrável, permite otimização de processos, diminuição do consumo de insumos físicos e redução de resíduos, contribuindo para práticas mais sustentáveis e conscientes dentro do serviço público.

20. ALINHAMENTO COM O PAC

(art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021) demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

A contratação não está prevista no PAC, onde será incluída na próxima oportunidade.

21. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS

- ☒ Global
- ☐ Lote(s) de Itens
- ☐ Por Itens

22. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?

- ☒ Bens e serviços comuns
- ☐ Bens e serviços especiais
- ☐ Serviço comum de engenharia
- ☐ Serviço especial de Engenharia

Bem comum cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, utilizando especificações usuais de mercado.

- ☒ Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos
- ☐ Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra
- ☐ Serviços não contínuos ou contratados por escopo
- ☐ Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

Serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.



Município de **Dois Vizinhos** Estado do Paraná

23. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

A não exigência de garantia contratual nesta contratação fundamenta-se no artigo 96 da Lei nº 14.133 de 2021, que dispõe ser faculdade da Administração Pública, e não obrigação, requerer garantia para a execução do contrato. Considerando as características do objeto, com baixo risco de inadimplemento e sem complexidade técnica que justifique a imposição dessa exigência. Os riscos contratuais são mínimos e não se vislumbra garantia para essa contratação. A eventual exigência de garantia geraria aumento do custo da contratação, uma vez que os fornecedores incorporariam ao preço o valor correspondente à apólice, caução ou fiança bancária, sem benefício proporcional à Administração. Considerando o pequeno porte da aquisição, o caráter padronizado dos bens, a não exigência de garantia mostra-se medida adequada e proporcional, atendendo aos princípios da razoabilidade, da eficiência e da economicidade, sem comprometer a segurança jurídica do processo.

24. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

A análise técnica, econômica, operacional e ambiental demonstra que a Solução 2 – Cessão de Uso de Software Contábil e Financeiro é a alternativa mais viável e eficiente para a Administração Pública. Ela garante atualização contínua, suporte técnico especializado, segurança da informação, conformidade legal e sustentabilidade orçamentária, atendendo plenamente às necessidades da gestão contábil e financeira municipal.

Além disso, o modelo de cessão de uso possibilita a modernização tecnológica, redução de custos iniciais, previsibilidade de despesas e flexibilidade para expansão futura, sem comprometer a continuidade dos serviços. Também apresenta benefícios ambientais, ao reduzir consumo de recursos físicos, otimizar o uso de energia e permitir a destinação responsável de equipamentos e insumos tecnológicos.

Dessa forma, a contratação da Solução 2 se mostra tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e sustentável, assegurando eficiência, transparência e confiabilidade na gestão pública, tornando-se a opção mais indicada para atender aos objetivos da Administração Municipal.

25. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC

(Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021) a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

- ☒ Pregão, ☒ Tradicional ☐ SRP
☐ Concorrência, ☐ Tradicional ☐ SRP
☐ Concurso
☐ Leilão
☐ Dialogo Competitivo

Procedimentos auxiliares

- ☐ Credenciamento (Inexigibilidade-Chamamento)
☐ Pré-Qualificação
☐ Procedimento de Manifestação de Interesse,

Contratação Direta:

- ☐ Dispensa ☐ com disputa ☐ sem disputa
☐ Inexigibilidade de licitação.

Critério de julgamento:

- ☒ menor preço
☐ melhor técnica ou conteúdo artístico
☐ técnica e preço
☐ maior retorno econômico
☐ maior desconto
☐ maior lance

Modo de disputa: O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

- ☒ Aberto
☐ Fechado
☐ Aberto e Fechado
☐ Fechado e Aberto

Caráter do orçamento estimado SIGILOS

- ☐ SIM
☒ NÃO



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

26. Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?

- ☒ Recursos Próprios
- ☐ Recursos Estaduais
- ☐ Recursos Federais

27. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A contratação é tecnicamente viável e atenderá às demandas identificadas com impacto direto na qualidade dos serviços ofertados pela Secretaria de Administração e Finanças.

28. RESPONSÁVEIS

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Servidor responsável pela confecção do ETP: Matheus Nogueira Ponte

Dois Vizinhos, 28 de outubro de 2025.